

08 NOV 2012

FOLHA DE LONDRINA

Tribunais

prometem
julgar ações de
corrupção até
fim de 2014

Meta foi estabelecida em encontro nacional do Judiciário; quase 20 mil ações por improbidade estão em trâmite no País

Aracaju - Os presidentes dos tribunais brasileiros definiram como meta prioritária julgar até o fim do ano que vem todas os processos sobre corrupção e improbidade administrativa iniciados antes de 1º de janeiro de 2012.

É a primeira vez que o Judiciário decide fixar esse tipo de objetivo. A decisão ocorreu no 6º Encontro Nacional do Poder Judiciário organizado pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que reuniu presidentes e corregedores dos 91 tribunais brasileiros em Aracaju (SE). Segundo o último levantamento do CNJ relativo a 2010, havia em trâmite cerca de 18 mil ações civis de improbidade e 2.000 processos sobre corrupção em andamento no país.

A meta vale para a instância em que o processo sobre corrupção estiver em andamento.

Se, por exemplo, a causa estiver no primeiro grau do Judiciário, é esta etapa que deverá ser superada até o fim de 2013. Deste modo, o cumprimento da meta não quer dizer necessariamente que o processo estará concluído já até a última instância.

O objetivo não é aplicável ao Supremo Tribunal Federal, pois a corte é hierarquicamente superior ao CNJ, que é o fiscalizador do cumprimento da meta. Os órgãos e magistrados que não cumprirem o prazo poderão ser alvo de procedimentos administrativos. Na meta, estão incluídos todos os crimes contra a administração pública, como peculato e corrupção ativa e passiva.

08 NOV 2012

FOLHA DE LONDRINA

RESPOSTA AO CNJ

Juízes protestam com

'Semana sem conciliação'

Juízes fazem

"Semana sem conciliação"

A Semana Nacional de Conciliação, proposta pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), não tem a participação dos juízes da Justiça Federal e da Justiça do Trabalho este ano em todo o Brasil, assim como dos procuradores do trabalho do Ministério Público do Trabalho. Enquanto o objetivo do CNJ é reduzir o grande estoque de processos na justiça brasileira chamando processos passíveis de acordo, o intuito dos magistrados é chamar a atenção do CNJ para a necessidade de fortalecimento da própria magistratura. Por este motivo, os magistrados também fazem dois dias de paralisação no Paraná. Hoje é o segundo dia.

Os juízes também discordam do cunho da campanha. "Nós da Justiça do Trabalho sempre fizemos a conciliação, que não se restringe a uma semana. É de todo dia e de toda hora, algo próprio da Justiça do Trabalho", explica o juiz Sérgio Guimarães Sampaio, diretor de Comunicação da Associação dos Magistrados do Trabalho do Paraná - Amatra IX. "Estamos utilizando este momento para chamar a atenção de que o Judiciário não se fará forte apenas com este tipo de campanha, publicidade, propaganda, mas com fortaleci-

mento das garantias previstas na constituição aos juízes e a todo o Judiciário."

Uma destas garantias, segundo Sampaio, é a remuneração. "Já se vão seis anos e só tivemos 9% de recomposição salarial. E há uma inflação que beira os 40%. Nenhum trabalho resistiria a esta perda de poder de compra." Para o juiz, as restrições de atividades impostas ao magistrado intensificam a situação. "Nós não podemos exercer outra profissão, a não ser de professor em outras instituições, não podemos exercer atos de comércio, não podemos nos filiar a partidos políticos, não podemos nos candidatar a cargo político. Nós estamos sujeitos a uma quarentena." Para Sampaio, no entanto, a questão da remuneração é apenas a "ponta do iceberg".

Marcelo Adriano da Silva, procurador do trabalho do Ministério Público do Trabalho (MPT), afirmou que o órgão, assim como a Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT), também está envolvido com a ação. "O Ministério Público do Trabalho tem paridade com juízes do trabalho federais em termos de remuneração, e nós estamos com o mesmo problema de desrespeito à constituição com relação à

garantia de irredutibilidade do valor dos subsídios mediante a recomposição anual das perdas inflacionárias", declarou. No caso do MPT, a ação foi batizada de "Semana de Valorização do Ministério Público do Trabalho".

O movimento também fará atos públicos em Curitiba. Nos demais dias da semana, haverá audiências e sessões mas sem registro de acordos, que poderão ser homologados posteriormente.



Juiz Sérgio Sampaio chama a atenção para o fato de que o Judiciário não será forte apenas com este tipo de campanha: é preciso fortalecer garantias previstas na constituição

0 8 NOV 2012

FOLHA DE LONDRINA

CLÁUDIO HUMBERTO

"Meça suas palavras quando eu estiver votando!"
Ministro Marco Aurélio discutindo com
Joaquim Barbosa, no julgamento do mensalão

Eduardo Campos convida Ayres Britto para o PSB

O governador de Pernambuco, Eduardo Campos, convidou o presidente do Supremo Tribunal Federal, Carlos Ayres Britto, que se aposenta este mês, a se filiar ao PSB. Segundo socialistas, o convite foi feito na colocação de busto do então ministro Djaci Falcão na entrada do TRF-5 na segunda-feira. O PSB cogita lançá-lo ao Senado no Distrito Federal em 2014, onde o ministro tem domicílio eleitoral e noza de prestígio.

Em alta

Os socialistas avaliam que o ministro teria mais chance em Brasília, onde vai morar, devido à popularidade com julgamento do mensalão.

Pergunta na porta do STF

Sobrou bolacha no intervalo para cafezinho, ontem, no Supremo Tribunal Federal, depois do arranca-rabo no plenário?

MAZZA

Inconciliáveis

Juízes federais e trabalhistas resolveram fazer a sua manifestação em cima da rodada de conciliação (acordos entre partes) para se acentuarem como irreconciliáveis, negando-se a dela participar. Como julgam amanhã a hipótese de uma greve sem alegar suspeição? Greve de juiz é anomia, caos institucional.

DORA KRAMER

Corda bamba

O sucesso de Joaquim Barbosa ameaça criar pernas e levar o relator a perder a cabeça.

O sentido da moderação é útil ao julgamento em curso e indispensável ao bom andamento dos trabalhos do Supremo que daqui a 15 dias presidirá.

08 NOV 2012

FOLHA DE LONDRINA

Unidade no PR fortalece candidatura de Machado

Londrinense é cotado para
ser o próximo presidente
nacional da OAB

Londrina - O predomínio das candidaturas consensuais e a unidade no discurso na campanha que antecede as eleições do dia 19 na Ordem dos Advogados do Brasil no Paraná deve fortalecer a candidatura do londrinense Alberto de Paula Machado para a presidência do Conselho Federal da entidade, que deve acontecer em janeiro.

A constatação é do futuro presidente da subseção de Londrina da OAB, Artur Humberto Piancastelli, da chapa XI de Agosto, único candidato inscrito para a sucessão de Elizandro Pellin. "Estamos em sintonia e nossas propostas dão unidade ao grupo paranaense. Isso, sem dúvida, fortalece a candidatura paranaense no Conselho Federal. A eleição é uma oportunidade de mobilização", afirmou.

A campanha à presidência do Conselho Federal deve ficar mais acirrada no final do ano, após a escolha dos novos conselheiros. No total, são 81 integrantes, cada Estado elege três representantes. Na pré-campanha, além de Machado, apenas um outro nome está ganhando espaço, o

piauiense Marcus Vinicius Furtado Coelho, atual secretário-geral do Conselho Federal.

Os membros da futura diretoria lembraram que Coelho não conseguiu congregiar todas as forças no Piauí e seu grupo terá que enfrentar um bate-chapa na eleição da seccional. No caso da seccional paranaense, o grupo que apoia Machado conseguiu viabilizar a candidatura única do curitibano Juliano José Breda. Ele conseguiu agregar apoio até mesmo nas 13 subseções (em outras 34, a eleição terá apenas uma chapa) onde haverá duas candidaturas.

Em campanha nos 15 municípios que compõe a subseção, o advogado visitou ontem a FOLHA acompanhado de outros três membros da chapa, Flávio Caetano de Paula (secretário-geral), Renata Cristina de Oliveira Alencar Silva (secretaria adjunta) e Nelson Sahyun Junior (diretor tesoureiro). A vice-presidente da chapa é Vânia Silveira Queiroz.

Entre as principais propostas da chapa XI de Agosto para a OAB Londrina estão o incremento no número de cursos da Escola Superior de Advocacia, que nas duas últimas temporadas te-

ve a programação reduzida por causa das obras da nova sede da entidade no Centro Cívico, e o fortalecimento do Centro de Inclusão Digital, estrutura de capacitação para a lida com os processos eletrônicos. Em Londrina, são 4,7 mil advogados. A expectativa é que 70% deles compareçam às urnas no dia 19.

08 NOV 2012

FOLHA DE LONDRINA

INFORME

Comando da OAB

O futuro presidente da subseção Londrina da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Artur Humberto Piancastelli, candidato único na eleição marcada para o dia 19, garante que a relação institucional entre a entidade e o Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco), braço do Ministério Público (MP) estadual, "está preservada".

É bom e todos gostam

Ontem na FOLHA, Piancastelli adotou um tom conciliatório ao ser perguntado sobre os entevistos públicos deste ano entre os promotores e a Ordem. "Foram questões pontuais, já superadas." Mas advertiu: "Respeitamos o trabalho do Gaeco e exigimos o mesmo respeito ao nosso trabalho".

Crise

O auge da "crise" entre MP e a OAB ocorreu no início de abril, na esteira de uma ação do Gaeco na CMTU cujo objetivo era apurar multas canceladas irregularmente. Na época, o presidente da OAB, Elizandro Pelin, criticou a postura de um promotor de Justiça diante de uma servidora e ainda batizou as ações do Gaeco de "espalhafatosas" e "circenses". As declarações geraram reações até do procurador-geral de Justiça, Gilberto Giacoia, que imediatamente saiu em defesa do MP e de seus membros.

Exame

Além das eleições - em todas as esferas - na entidade que os representa, os advogados estão preocupados com o projeto de lei que tramita na Câmara dos Deputados e que dispensa os bachareis de Direito de fazer o exame da Ordem para exercer a profissão. E, garantem, o lobby pela aprovação é forte. E o contra lobby também.

08 NOV 2012

FOLHA DE LONDRINA

Advogada é transferida para o 3º Distrito

Lucio Flávio Cruz
Reportagem Local

Londrina - A advogada criminal Samara Cristina Monteiro Pinheiro, de 37 anos, presa na terça-feira em Londrina pela Polícia Civil por suspeito de fazer parte da facção criminosa Primeiro Comando da Capital (PCC), foi transferida ontem no final da tarde para uma sala especial no 3º Distrito Policial, na zona oeste de Londrina, após uma determinação judicial. Por ter curso superior, Samara tem direito a prisão especial.

De acordo com o delegado que comanda as investigações, Edgard Soriani, a advogada ficou detida até ontem na 10ª Subdivisão Policial (SDP). Houve dificuldade para encontrar

um lugar para transferi-la dentro do que prevê a lei. “Uma das alternativas seria o 5º Batalhão da Polícia Militar, mas também não conseguimos”, explicou o delegado.

O porta-voz da PM, capitão Nelson Villa, informou que o Batalhão já não tem mais nenhuma cela especial e por isso não teria condições de recebê-la.

O advogado Luiz Gaya, que defende Samara, relatou que ainda está estudando os detalhes do inquérito policial e posteriormente vai definir pelo pedido de revogação da prisão preventiva.

O presidente da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), subseção Londrina, Elizandro Pellin, informou que a intenção da Ordem é que todo advogado que

cometa crimes seja excluído dos quadros da entidade. Porém, ele ressaltou que a advogada tem o direito ao contraditório, à defesa plena e à presunção da inocência.

“Vamos solicitar a cópia das denúncias contra ela e dependendo do que for constatado poderemos abrir um procedimento disciplinar que pode levar à suspensão ou até à exclusão dos quadros da OAB”, afirmou o presidente.

A polícia ainda não conseguiu localizar duas pessoas que também tiveram os pedidos de prisão decretados, mas seguem foragidas. Um deles seria o líder do grupo que praticava crimes como tráfico de drogas, roubo e furto de veículos em Londrina e região.

08 NOV 2012

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

EXECUÇÃO DE DÍVIDA

Tribunais aprovam meta de combate à improbidade

Foram aprovadas também metas de melhoria da gestão estratégica dos tribunais

O reforço das ações de combate à improbidade administrativa foi a principal meta aprovada, na plenária de encerramento do VI Encontro Nacional do Poder Judiciário, realizado pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) em Aracaju/SE. Nesse sentido, presidentes de tribunais da Justiça Federal e da Justiça Estadual assumiram o compromisso de, até 31 de dezembro de 2013, identificar e julgar as ações de improbidade administrativa e ações penais relacionadas a crimes contra a administração pública distribuídas até 31 de dezembro de 2011.

Os participantes do encontro, que representam todos os ramos do Judiciário, aprovaram também a realização de parcerias entre CNJ, tribunais de Justiça, tribunais federais, tribunais regionais eleitorais e tribunais de contas para o aperfeiçoamento e a alimentação do Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa.

“O Brasil padece desse mal crônico, de avanço no erário e no patrimônio público. Temos o dever, no âmbito do Judiciário, de combater a improbidade, sonhando com um Brasil que saberá rimar erário com sacrário, e isso depende de um Judiciário de excelência”, afirmou o presidente do CNJ e do Supremo

Tribunal Federal, ministro Ayres Britto. O conselheiro Carlos Alberto Reis de Paula, presidente da Comissão de Gestão Estratégica, Estatística e Orçamento do CNJ, fez a apresentação das metas aprovadas no VI Encontro durante a reunião plenária. “Em nome do CNJ, reafirmo minha confiança em uma Justiça melhor”, afirmou o conselheiro.

Ainda com o objetivo de garantir a correta aplicação dos recursos públicos, os participantes do evento se comprometeram a fortalecer as unidades de Controle Interno dos tribunais. Além disso, aprovaram a meta de desenvolver, nacionalmente, sistemas efetivos de licitação e contratos. Essa é a primeira vez que os presidentes de tribunais fixam metas relativas ao combate à improbidade administrativa.

Foram aprovadas também metas de melhoria da gestão estratégica dos tribunais. Os representantes da Justiça do Trabalho, por exemplo, aprovaram a recomendação de se elaborar e implantar plano de comunicação da estratégia. A Justiça Eleitoral, por sua vez, comprometeu-se a engajar todos os servidores no esforço de aprimoramento da gestão. Já a Justiça Eleitoral assumiu o compromisso de garantir a estrutura mínima das unidades de planejamento para atendimento às demandas existentes.

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

STF analisa se Defensoria Pública deve propor ACP

08 NOV 2012

O Supremo Tribunal Federal vai decidir se a Defensoria Pública tem ou não legitimidade para ajuizar Ação Civil Pública em defesa de interesses e direitos difusos. Como a matéria teve repercussão geral reconhecida pelo Plenário Virtual da Corte, a decisão tomada no processo paradigma (ARE 690838) será aplicada a todos os casos idênticos no Judiciário.

Segundo o relator do processo, ministro Dias Toffoli, a matéria suscita “discussão que tem o potencial de repetir-se em inúmeros processos, sendo, assim, conveniente que esta Suprema Corte profira decisão aplicável a todos esses feitos, segundo a sistemática da repercussão geral”.

Criada em 2004 pela Emenda Constitucional 45, a Repercussão Geral é um filtro recursal que permite ao STF selecionar os recursos extraordinários e agravos nesses recursos que discutam matérias relevantes do ponto de vista social, econômico, político e jurídico.

O ministro Toffoli explicou que o processo em questão “apresenta densidade constitucional e extrapola os interesses subjetivos das partes, sendo relevante para todas as defensorias públicas existentes no país”.

O processo chegou ao Supremo porque o município de Belo Horizonte recorreu de decisão do Tribunal de Justiça de Minas Gerais que reconheceu a legitimidade da Defensoria para propor ação civil pública na defesa de interesses e direitos difusos.

Segundo a decisão do TJ-MG, a própria natureza dos direitos difusos, previstos no inciso I do parágrafo único do artigo 81 do Código de Defesa do Consumidor, torna “impraticável” que a Defensoria Pública tenha de demonstrar a hipossuficiência (de cada pessoa envolvida na demanda para legitimar sua atuação).

08 NOV 2012

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

BB adota política de desistência de ações judiciais

Quinto maior litigante do país, com cerca de 850 mil processos tramitando na Justiça — segundo dados do Conselho Nacional de Justiça — o Banco do Brasil (BB) adotou uma política de redução de litígios. Para isso, está desistindo de recorrer em causas que já têm entendimento pacificado nos tribunais, muitas delas envolvendo seus clientes.

A nova estratégia do banco foi apresentada ao presidente do Superior Tribunal de Justiça, ministro Felix Fischer, que recebeu três dirigentes do BB: César Borges, vice-presidente de governo; Danilo Angst, vice-presidente de controles internos e gestão de riscos, e Antônio Machado, diretor jurídico.

Só no STJ, o BB é parte em aproximadamente seis mil processos. O banco já começou a protocolar petições de desistência de recursos que tratam de matérias sumuladas ou de temas com jurisprudência consolidada no Tribunal, especialmente nas Turmas especializadas em direito privado.

“O nosso objetivo é reduzir drasticamente o número de ações em todas as esferas do Judiciário”, explicou Danilo Angst. “O que o banco quer é aderir e contribuir com o grande esforço de reduzir o número de processos na Justiça”, completou César Borges.

Para atingir esse objetivo, o BB está atuando em duas frentes: na conciliação com os clientes e na identificação da origem do problema que acaba gerando ações judiciais. Boa parte dos casos vai parar nos juizados especiais. A intenção é encerrá-los na própria agência bancária.

O BB é o maior banco da América Latina. Tem 57 milhões de clientes e agências em todos os municípios brasileiros. Para atender às demandas judiciais dessa gigantesca estrutura, o banco conta com 52 assessorias jurídicas espalhadas pelo país, com 850 advogados próprios, além dos escritórios de advocacia terceirizados. O foco dessa equipe agora, segundo o diretor jurídico, Antônio Machado, é evitar que um conflito vire ação judicial.

“O que se espera do STJ e de todo o Judiciário é que, na medida em que a gente diminua o número de processos, a prestação jurisdicional sobre o mérito tenha melhor qualidade, pois o juiz vai se ocupar daquilo que realmente é relevante”, afirmou Machado. “E queremos contribuir com isso, pois sabemos que esse é o anseio do Judiciário e da sociedade”, concluiu.

08 NOV 2012

TRIBUNA DO PARANÁ

Justiça fecha danceteria

A danceteria Planeta Ibiza, na Avenida Marechal Floriano Peixoto, no Boqueirão, foi condenada ontem a encerrar suas atividades, por determinação do Juízo da 6.ª Vara Cível de Curitiba. Apesar da determinação, o local deixou de funcionar há cerca de quatro meses, para alívio dos vizinhos.

A determinação foi motivada pelas constantes reclamações e denúncias dos moradores da região por problemas de poluição sonora e perturbação de sossego. A sentença destaca as constantes confusões na redondeza, com brigas, uso de armas e até homicídios. "Agora está uma beleza. Antes dava briga sempre por aqui, quando a gente chegava para trabalhar só encontrava lixo na rua", conta a empresária Ivani Vieira que mostra as três marcas de tiro na fachada de seu comércio, resultado das noitadas do Ibiza.

Ex-empregado indenizado

do com o TST, após três anos de serviços, o funcionário pediu demissão da editora. Durante o período de aviso prévio, no entanto, o rapaz foi dispensado por justa causa porque teria usado informações, às quais tinha acesso por ser empregado da empresa, para favorecimento das concorrentes. A empresa publicou nota em jornal destinado a profissionais da área de comunicação.

A Ediouro Duetto Editorial Ltda foi condenada a pagar indenização de R\$ 150 mil a um ex-funcionário por dano moral, segundo o Tribunal Superior do Trabalho (TST). O homem foi demitido por justa causa e teve o motivo de sua dispensa publicado pela empresa em jornal de circulação nacional. De acor-

Absolvida

Carla Cepollina foi inocentada, em júri popular na noite de ontem, da morte do coronel Ubiratan Guimarães. Os jurados consideraram as provas insuficientes. Ubiratan foi achado morto em 10 de setembro de 2006 em seu apartamento, em São Paulo. A acusação era que a mulher atirou nele por ciúmes.

PGE

Hotel cinco estrelas de Curitiba - com direito a spa, piscina e heliponto - foi decretado como área de utilidade pública pelo governo, que deseja instalar no local a sede da Procuradoria-Geral do Estado.

Passaporte

O ministro Joaquim Barbosa, do STF e relator do processo do mensalão, determinou a apreensão dos passaportes dos 25 condenados no caso. Ele também proibiu os réus de se ausentarem do País sem prévia autorização da Corte.

08 NOV 2012

GAZETA DO POVO

» PRESSÃO

Por aumento, juízes bolcotam a Semana de Conciliação

Os juízes federais e trabalhistas utilizaram o início da Semana Nacional de Conciliação para pressionar a cúpula do Judiciário a aderir ao movimento por aumento de salário. Organizado por associações de classes, a paralisação dos magistrados teve como objetivo boicotar as metas de resultados estabelecidas pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) na sua principal campanha de produtividade.

Na semana de conciliação, que é feita desde 2006, os tribunais escolhem ações com possibilidade de acordo para reduzir seus estoques. Os juízes, que têm salário inicial de R\$ 21,8 mil, pedem um aumento de 28,86%.

A Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra) afirmou que a adesão foi de 90%. No país, são 3.189 juízes trabalhistas. Já a Associação dos Juízes Federais do Brasil (Ajufe) não estimou um número exato, mas informou que a adesão foi maior do que 50% em diversos estados. A categoria conta com 1.734 juízes.

08 NOV 2012

GAZETA DO POVO

COLUNA DO LEITOR

Paralisação dos juízes

A respeito da opinião do leitor que relacionou o salário dos juízes à demora no andamento dos processos, esclareço que os juízes do trabalho apoiam projetos para a diminuição no número de recursos e para ampliação da estrutura da Justiça. A produtividade dos juízes do trabalho é alta e a Justiça do Trabalho é, em regra, muito rápida. Não é correto relacionar a justa reivindicação dos magistrados com a demora no andamento dos processos.

Luciano Coelho

NOTA POLÍTICA

TRF no Paraná

O plenário do Senado começou a debater ontem a proposta de emenda à Constituição que cria um novo Tribunal Regional Federal (TRF) no Paraná. A discussão foi o primeiro passo para a aprovação final do projeto do senador Sérgio Souza (PMDB), que ainda precisa passar pela Câmara. A sugestão é uma antiga demanda da comunidade jurídica paranaense.

DORA KRAMER

Corda bamba

O sucesso de Joaquim Barbosa ameaça criar pernas e levar o relator a perder a cabeça. O sentido da moderação é útil ao julgamento em curso e indispensável ao bom andamento dos trabalhos do Supremo que daqui a 15 dias presidirá.

JUSTIÇA

Petrobras teve responsabilidade em dano ambiental, diz STJ

A 4ª Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) negou pedido da Petrobras para que houvesse exclusão da responsabilidade objetiva da empresa pelo vazamento de óleo no poliduto Olapa, no Litoral do Paraná. O acidente ocorreu em 2001 em circunstâncias que, segundo a estatal, fugiram à sua responsabilidade. Em decorrência de fortes chuvas na região, a barreira de proteção que cercava o poliduto se rompeu, jogando nas baías de Antonina e Paranaguá 48,5 mil litros de óleo. Pescadores ficaram sem trabalho, gerando uma série de pedidos de indenização. No recurso, a Petrobras também pediu a revisão de valores a serem pagos a um pescador.

08 NOV 2012

GAZETA DO POVO

Passado um mês da eleição, TRE tem cerca de 50 ações sem resposta

Previsão do tribunal é concluir todos os julgamentos até dezembro. No estado, há ainda processos na 1ª instância à espera de uma decisão

Passado um mês do primeiro turno das eleições municipais, o Tribunal Regional Eleitoral do Paraná (TRE-PR) ainda tem cerca de 50 processos referentes ao pleito à espera de uma decisão. Na segunda-feira, dia em que a reportagem fez a consulta ao tribunal, eram 56 ações ainda sem uma resposta.

De acordo com a assessoria de imprensa do TRE-PR, a previsão é de que 36 desses processos sejam julgados até o fim de novembro, e os outros 20 até dezembro.

Mas os números de ações eleitorais no estado ainda sem definição é muito maior do que isso. A Justiça

Eleitoral não tem um levantamento completo de todas as ações que ainda correm na 1.ª instância, que estão sob responsabilidade das zonas eleitorais.

Em Curitiba, por exemplo, na 1.ª Zona Eleitoral da cidade, responsável pelos registros de candidatura, ainda há dois processos em trâmite, em grau de recurso. Em Cascavel, a 185.ª Zona Eleitoral registrou 61 processos ligados à propaganda de rua; três deles ainda em tramitação. Londrina soma 25 processos sobre a mesma ilegalidade. "Dois deles ainda estão tramitando, o restante já foi julgado ou arquivado", conta chefe do cartório eleitoral, Ronaldo Ishiki.

Dos 75 processos relativos às eleições municipais em Ponta Grossa registrados na Justiça Eleitoral da cidade, pouco mais de 30 ainda estão tramitando. Os demais já foram julgados ou arquivados. A 197.ª Zona, encarregada de fiscalizar a propaganda de rua, é a que tem mais processos ainda tramitando: cerca de 25. A propaganda eleitoral na mídia ficou por conta da 15.ª Zona, onde existem sete processos em trâmite.

Tribunal Superior

Os eleitores de Maringá (no Norte do estado) ainda aguardam uma definição do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) sobre a situação do prefeito eleito, Carlos Roberto Pupin (PP). Ele teve a candidatura barrada pelo TRE-PR, que o considerou ilegível por ter substituído o prefeito Silvio Barros (PP) seis meses antes da eleição, como vice-prefeito.

No início de outubro, o ministro Marco Aurélio deferiu a candidatura de Pupin. Porém, a pedido da coligação adversária, o caso irá para julgamento no plenário. Mas ainda não está definido quando. Como o prazo para a diplomação dos eleitos é 19 de dezembro, a previsão do TSE é que até lá todos os casos sejam julgados (leia mais nesta página). Pupin foi procurado pela reportagem, mas a assessoria do prefeito eleito informou que ele não irá se pronunciar sobre o assunto.

CONTINUA

08 NOV 2012

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

Total

No total, 3.748 processos eleitorais foram julgados no Paraná. O número diz respeito aos casos que envolvem pedido de recurso registrado no TRE-PR, sem considerar os que estão em primeira instância. Grande parte envolve ocorrências de propaganda irregular, impugnação de pesquisas eleitorais e deferimento de registros de candidatura. O maior volume de casos se concentrou entre os meses de agosto, setembro e outubro, quando as campanhas foram mais intensas.

DEMANDA

Confira quantos processos referentes às eleições nas principais cidades do estado foram registrados no TRE-PR e no TSE neste ano:

| TRE | | TSE | |
|---------------|-----|---------------|----|
| Curitiba | 251 | Curitiba | 30 |
| Maringá | 217 | Londrina | 5 |
| Cascavel | 123 | Maringá | 27 |
| Ponta Grossa | 76 | Cascavel | 8 |
| Londrina | 72 | Ponta Grossa | 9 |
| Foz do Iguaçu | 55 | Foz do Iguaçu | 6 |

Fonte: TSE

2 MIL RECURSOS

Contra candidaturas ainda esperam para serem julgados no Tribunal Superior Eleitoral (TSE). O número foi anunciado na terça-feira pela ministra Cármen Lúcia, durante um balanço da atuação do tribunal nas eleições deste ano. A expectativa, segundo ela, é que esses recursos sejam analisados até a diplomação dos candidatos eleitos, que está marcada para 19 de dezembro. "Se tiver algum caso de delonga, vamos cuidar caso a caso", afirmou. Durante as eleições, foram apresentados ao TSE 8.667 recursos e já foram julgados cerca de 6.500 mil processos.

GAZETA DO POVO

➤ NATAL

Prefeita usou verba pública para bancar gastos pessoais

| Afastada da prefeitura de Natal (RN), Micarla de Sousa (PV) desviou dinheiro público para pagar despesas pessoais, aponta o Ministério Público. Os recursos, segundo a Promotoria, bancavam compras de supermercado, joias e funcionários da casa da prefeita afastada.

As suspeitas vieram a público após a Justiça do Rio Grande do Norte derrubar o sigilo do processo que resultou no afastamento de Micarla, no último dia 31. Na ação, a Promotoria aponta a existência de uma “rede de corrupção” na prefeitura, alimentada com recursos de contratações direcionadas na saúde e na educação. Apenas na saúde, os contratos suspeitos somam R\$ 65 milhões.

Com base em documentos e em dados telefônicos e fiscais, o Ministério Público afirma que servidores do primeiro escalão da prefeitura agiam como tesoureiros pessoais de Micarla e do marido, Miguel Weber. Há registros de contatos entre gerentes de banco e esses servidores, em conversas sobre as finanças da prefeita afastada.

Para a Promotoria, os gastos de Micarla são incompatíveis com a renda. Planilhas apreendidas indicavam, por exemplo, despesa mensal em torno de R\$ 180 mil em 2011, ante uma renda declarada de R\$ 338 mil em todo o ano.

08 NOV 2012

Outrolado

A reportagem não conseguiu contato com os advogados de Micarla e de seu marido. Todos os celulares estavam indisponíveis. Em nota divulgada na semana passada, quando foi afastada, ela lamentou ter deixado o posto sem que lhe tenha sido concedido o amplo e legítimo direito de defesa e do contraditório.

08 NOV 2012

GAZETA DO POVO

Barbosa manda condenados entregarem passaportes

Ministro acatou pedido do procurador-geral da República e determinou que réus entreguem documentos em até 24 horas. Medida é para evitar fugas

● O Supremo Tribunal Federal determinou ontem que os 25 condenados no julgamento do mensalão entreguem seus passaportes, inclusive os documentos estrangeiros, em um prazo de 24 horas, a partir da notificação. A decisão foi tomada pelo relator do caso, Joaquim Barbosa, atendendo ao pedido do procurador-geral, Roberto Gurgel. Antes mesmo da determinação de Barbosa, dois réus já haviam entregue o documento: o advogado Rogério Tolentino e o ex-deputado Pedro Corrêa.

Além de terem os passaportes recolhidos, os 25 réus condenados pelo Supremo terão seus nomes incluídos no sistema da Polícia Federal nos aeroportos brasileiros. A medida também é para evitar fugas.

Segundo Barbosa, a medida é necessária porque ele considera que alguns réus adotaram "comportamento incompatível com a condição de condenados e com o res-

peito que deveriam demonstrar para com órgãos jurisdicional perante o qual respondem por acusações de rara gravidade".

"Na fase que se encontra o julgamento, parece-me inteiramente inapropriada qualquer viagem ao exterior por parte dos réus já condenados, sem conhecimento do Supremo", completou. Recentemente, o ex-deputado Romeu Queiroz, codenado no processo, viajou com a mulher para o Caribe.

Hollerbach

A promessa do presidente do STF, ministro Ayres Brito, de dar agilidade ao processo de dosimetria da pena dos condenados no mensalão não se cumpriu na tarde de ontem. Após uma sessão marcada por discussões entre os ministros — muitas protagonizadas por Barbosa —, ficou para hoje a definição da pena do total da punição para Ramon Hollerbach, sócio do empresário Marcos Valério, condenado no mensalão.

Até agora, as penas aplicadas pelos ministros somam 25 anos, 11 meses e 20 dias, além de uma multa de R\$ 2,5 milhões.

Se prevalecer o voto do relator, Joaquim Barbosa, que pediu 4 anos e 7 meses por evasão de divisas, ele pode ser punido com mais de

30 anos de prisão. O revisor, Ricardo Lewandowski, propôs para este crime 2 anos e 8 meses.

A situação ficou indefinida pelo voto do ministro Marco Aurélio Mello, que considerou que não houve crime continuado nesse caso específico, não concordando com a proposta de aumentar a pena por causa disso.

Luiz Fux, Gilmar Mendes, Celso de Mello e Ayres Britto seguiram o relator. Dias Toffoli, Cármen Lúcia, Rosa Weber se alinharam ao revisor. Os ministros não se entenderam como computar o voto de Marco Aurélio. Diante da indefinição, os ministros deixaram a discussão sobre o caso para hoje. Com as penas já definidas, Hollerbach terá que cumprir parte da pena na prisão.

Ele foi condenado pelos crimes de formação de quadrilha, corrupção ativa, peculato, lavagem de dinheiro e evasão de divisas.

08 NOV 2012

O ESTADO DE S. PAULO

A greve da magistratura

Juízes federais e trabalhistas de todo o País não trabalharam ontem e continuarão parados hoje, para protestar contra a situação salarial da categoria e reivindicar um reajuste de 28,86%. Como o acesso aos tribunais é uma garantia fundamental e a magistratura não pode fazer greve, sob pena de violar liberdades públicas asseguradas pela Constituição, os juízes federais e trabalhistas classificaram a suspensão de suas atividades por 48 horas como “dias de mobilização”. Em novembro de 2011, as duas corporações fizeram uma paralisação de um dia. Só a Justiça do Trabalho teve de remarcar 20 mil audiências.

Além de suspender suas atividades, os juízes federais e trabalhistas decidiram boicotar a Semana Nacional de Conciliação, promovida pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que vai até o próximo dia 14. Essa é uma das mais importantes iniciativas que o CNJ vem tomando desde sua instalação, em 2006, para descongestionar a primeira e a segunda instâncias do Poder Judiciário. O evento do ano passado contou com a participação de 53 tribunais e, das 339 mil audiências de conciliação realizadas, 164 mil resultaram em acordos homologados pela Justiça, no valor total de R\$ 1,1 bilhão.

As seccionais da OAB alegaram que o protesto das magistraturas federal e trabalhista é inconstitucional, além de con-

denável, no plano ético, por “causar prejuízo à população em véspera de Natal”. Para os dirigentes da Associação dos Juízes Federais (Ajufe) e a Associação Nacional dos Magistrados do Trabalho, inconstitucional é o tratamento salarial que estaria sendo dado aos 5,5 mil integrantes das duas corporações.

“A independência da magistratura passa por uma remuneração condigna, prevista pela Constituição”, diz o presidente da Ajufe, Nino Toldo. “A Constituição garantiu a irreduzibilidade dos salários e não o fez por acaso. O objetivo era garantir a estabilidade dos vencimentos. Não é possível continuar nessa situação”, afirma o presidente da Anamatra, Renato Sant’Anna, pedindo a reposição das perdas inflacionárias e alegando que 50% dos juízes trabalhistas estariam “vivendo com créditos consignados”.

Além de reivindicar reajuste salarial, os juízes federais e trabalhistas reclamam da ausência de progressão funcional na carreira e pleiteiam a criação de um Adicional por Tempo de Serviço. Segundo eles, a distância entre os salários de quem ingressou na magistratura e de quem está se aposentando é muito pequena. “A desvalorização da carreira é preocupante. Os juízes não podem ter outra fonte de renda, a não ser um cargo de professor. Ao contrário de outros servidores públicos, os magistrados não têm direito a compensações”, diz o presidente da Ajufe, lembran-

do que os dirigentes do Poder Executivo recebem compensações indiretas para aumentar seus vencimentos, integrando conselho de empresas estatais.

Durante o processo de elaboração do orçamento, o governo reservou recursos para conceder o reajuste de 15,8% a todo o funcionalismo federal, durante os próximos três anos. Os juízes protestam, lembrando o princípio da autonomia financeira do Judiciário, criticando as prerrogativas do Executivo em matéria orçamentária e acusando os responsáveis pelo Orçamento da União de minar “uma política adequada de valorização” da magistratura federal e trabalhista. Eles também acusaram o Executivo de não ter encaminhado ao Congresso a proposta salarial apresentada pelo Supremo Tribunal Federal em 2011 e de criar dificuldades para o pagamento de créditos e benefícios funcionais da magistratura federal e trabalhista.

As pretensões e reclamações das duas corporações, contudo, não são procedentes. Como já lembraram os técnicos do Ministério do Planejamento, os tribunais já pagam os maiores salários do funcionalismo público. Além disso, o CNJ divulgou estudo mostrando que o Judiciário é uma instituição inchada, com um quadro de pessoal maior do que o necessário. Por fim, os juízes se esquecem de que, apesar de os Poderes serem independentes, o cofre é um só e a responsabilidade sobre o que entra e sai é do Executivo.

08 NOV 2012

O ESTADO DE S. PAULO

Sobrinha faz ponte para audiência entre juizes e Sarney

Segundo assessor da Ajufe e da Anamatra, parente do senador tem sido muito útil na negociação das agendas

O presidente do Senado, José Sarney (PMDB-AP), carrega consigo o fantasma dos parentes. Até uma audiência da Associação dos Juizes Federais (Ajufe) e da Associação Nacional dos Magistrados do Trabalho (Anamatra), na qual os representantes das duas entidades pediriam a Sarney ajuda para a votação de projetos que reajustam o salário do Judiciário, teve a ajuda de uma sobrinha. A reunião ocorreu ao meio-dia, no gabinete do senador.

Cópia de um e-mail da assessoria das duas entidades, distribuída pouco antes do encontro, relatava como seriam as audiências do dia de ontem da Ajufe e da Anamatra no Congresso. A primeira, marcada com Sarney, dizia que o contato para a agenda fora entregue para uma sobrinha do presidente do Senado, "juíza federal". A audiência, marcada inicialmente para as 11h30, foi realizada ao meio-dia.

Da parte de Sarney, sua assessoria informou que são feitos mais de cem pedidos de audiência a ele por dia. E que para receber a Ajufe e a Anamatra não precisaria da solicitação de uma sobrinha. Mas um assessor das duas entidades confirmou que a sobrinha tem sido muito útil na negociação de suas agendas com o senador.

Os juizes marcaram também audiências com

outras autoridades do Congresso. E, em pelo menos um caso, também recorreram a um pistão. O encontro com o líder do PSB, Givaldo Carimbão (AL), foi intermediado pela deputada Sandra Rosado (PSB-RN), segundo o documento distribuído pela assessoria de ambas as entidades.

Já as audiências com o presidente da Câmara, Marco Maia (PT-RS), o líder do PTB, Jovair Arantes (GO), o líder do PT, Jilmar Tatto (SP), e o líder do PSD, Guilherme Campos (SP), não tiveram intermediários.

Os representantes dos juizes foram ao Congresso comunicar que os magistrados da Justiça do Trabalho e Federal decidiram paralisar suas atividades por dois dias – ontem e hoje – para mostrar ao governo que tiveram perdas salariais de 28,86% desde 2005. Disseram ainda que não vão participar da Semana Nacional de Conciliação do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que teve início ontem e vai até o dia 14. Afirmaram que retomarão as conciliações depois do dia 14.

Em 2008, José Sarney nomeou o namorado de uma neta para um cargo no Senado. Henrique Dias Bernardes foi lotado no serviço médico. Em julho de 2009, o Estado publicou reportagem revelando diálogos captados pela Polícia Federal – com autorização da Justiça – em que o senador negocia com o filho Fernando (pai de Beatriz) a nomeação de Bernardes, que foi demitido dois meses depois.

08 NOV 2012

O ESTADO DE S. PAULO

Discussões e ironias marcam retorno do julgamento no STF

A 'trégua mental' de 12 dias não evitou os embates entre os ministros
Marco Aurélio sugeriu que relator trata os colegas como 'salafrários'

A pausa de 12 dias no julgamento do mensalão não foi suficiente para serenar os ânimos e fazer com que os ministros do Supremo Tribunal Federal conseguissem chegar a um acordo sobre os critérios a serem adotados para a fixação das penas dos 25 condenados no processo. Na sessão de ontem, novas discussões e bate-bocas entre os magistrados levaram a Corte a alcançar uma marca: pela primeira vez, o tribunal realizou um intervalo sem ter conseguido fixar nenhuma pena.

Nas quatro sessões dedicadas ao tema só foram analisadas as condutas de dois réus, e ainda assim de forma incompleta.

O primeiro bate-boca aconteceu antes dos primeiros 10 minutos de sessão, após o ministro Marco Aurélio Mello ter defendido que o tribunal levasse em conta a continuidade delitiva no momento da fixação das penas. Isso levaria a redução da pena aplicada aos condenados. Marco Aurélio observou que Marcos Valério recebeu uma pena superior a 40 anos, fato que estaria estarrecendo o mundo acadêmico. O ministro irriu-se com o relator, que sorria enquanto ele fazia suas observações. "As coisas são muito sérias, o deboche não cabe", protestou Marco Aurélio. "Escute, para depois me retrucar", prosseguiu. "Cuide das palavras."

Barbosa manteve o tom irônico: "Eu sei aonde Vossa Excelência quer chegar". Marco Aurélio reagiu questionando a postura pública do relator. "Não admito que se suponha que somos todos nós salafrários e só Vossa Excelência seja uma vestal."

O clima de confronto prosseguiu durante a análise das penas a serem impostas a Ramon Hollerbach, ex-sócio de Valério. O revisor da ação, ministro Ricardo Lewandowski, fez uma comparação de crimes de corrupção cometidos por outros agentes, como um motorista que paga propina para um guarda de trânsito. "Não me impressiona também o fato de terem sido corrompidos parlamentares. A corrupção de um magistrado, um agente público, qualquer que seja a hierarquia, é igualmente grave." O relator não se conteve. "Então corromper o guarda da esquina é o mesmo que corromper um parlamentar?", questionou Barbosa.

Em outro momento, ao discutirem critérios de aplicação de pena aos condenados, Barbosa afirmou que Lewandowski estaria "transformando réu em anjo". "É inadmissível, estamos num julgamento sério. Não admito que Vossa Excelência faça frases de efeito em detrimento da minha pessoa", rebateu o revisor, exaltado.

O relator defendeu penas altas para os crimes de corrupção constantes neste processo justamente por envolver o pagamento de propina a deputados federais. Para ele, não há como se defender a fixação de penas mínimas em casos com este.

Após quase duas horas de sessão, os ministros foram para o intervalo sem conseguir definir a pena para Hollerbach pelo crime de corrupção ativa. Somente após o intervalo o debate sobre este ponto foi concluído. Ao fim da sessão, as somas impostas ao ex-sócio de Valério somavam 25 anos.

'Trégua mental'. O retorno conturbado do julgamento contrastou com o otimismo do presidente da Corte, Carlos Ayres Britto. Ele contava com um clima ameno para conseguir concluir todo seu voto na dosimetria, uma vez que se aposenta no fim da próxima semana por completar 70 anos. "O clima esta semana foi de reflexão, de trégua mental e nos levou a repensar a própria metodologia de trabalho", disse, antes da sessão.

O ESTADO DE S. PAULO

'Julgamento criou novo paradigma', afirma ministro

08 NOV 2012

O ministro-chefe da Controladoria-Geral da União (CGU), Jorge Hage, disse ontem que o julgamento do mensalão criou um novo paradigma para o Judiciário brasileiro, mas não deve iludir a sociedade quanto à sua eficácia no combate à corrupção e à impunidade, porque o Brasil tem um dos piores sistemas processuais do mundo. "Uma questão que permanece intocada é a dificuldade no andamento dos processos judiciais no Brasil", disse.

Segundo o ministro, o Brasil mantém uma quantidade e uma variedade de possibilidades de recursos que não existem em nenhum sistema judicial do mundo, que favorecem a impunidade. "Nós temos recursos copiados de Portugal que vêm da Idade Média e que até lá, em Portugal, já foram extintos, mas continuam existindo aqui. Quando conversamos com pessoas de outros países eles não acreditam nas possibilidades de eternização de um processo no Brasil."

O ministro ressaltou, no entanto, que o julgamento do mensalão tem sido visto internacionalmente como uma demonstração de independência do Poder Judiciário brasileiro. "Em que medida isso vai se espalhar por todo o Judiciário? Nós temos de esperar para ver. Se isso acontecer será uma enorme ajuda para o combate à corrupção."

Sobre a declaração do ex-ministro da Casa Civil José Dirceu de que ele teve um julgamento político feito por um tribunal de exceção e que, por isso, pode recorrer a cortes internacionais, Hage esquivou-se: "É melhor não comentar". Dirceu foi condenado pelo Supremo Tribunal Federal no processo do mensalão por corrupção ativa e formação de quadrilha.

08 NOV 2012
O ESTADO DE S. PAULO
RAFAEL MAFEI RABELO QUEIROZ

**Penas: algo pode
mudar, mas muito
deve ficar como está**

Por serem muitas as variáveis consideradas pelos ministros do Supremo Tribunal Federal na dosimetria penal, e muitas também as hipóteses de mudança veiculadas pela imprensa, paira certo ceticismo quanto às cifras obtidas pelo somatório das penas dos réus até aqui condenados. É verdade que muito pode mudar. Os votos já dados podem ser modificados, seja por razões próprias ao hermetismo do cálculo das penas, seja pelo senso de justiça que repudia tanto penas excessivas quanto penas muito brandas.

Contudo, o fato de que muita coisa pode mudar não indica que tudo deverá mudar. Ao contrário, boa parte da dosimetria deverá continuar como está. O chamado “crime continuado” já foi reconhecido em muitas das penas até aqui aplicadas: quatro condenações de Marcos Valério por corrupção ativa já foram unificadas em continuidade delitiva, bem como dois peculatos e dezenas de operações de lavagem de dinheiro e evasão de divisas.

O reconhecimento de outros crimes continuados além desses depende de o Supremo considerar que todas as corrupções, ou todos os peculatos, ou ainda todos os crimes contra a administração pública sejam na verdade uma única conduta criminosa desdobrada em “n” atos criminosos, o que é tanto mais difícil de reconhecer quanto mais diversos sejam, em suas circunstâncias, os muitos delitos que se pretenda unificar.

O reconhecimento de outros crimes continuados além desses depende de o Supremo considerar que todas as corrupções, ou todos os peculatos, ou ainda todos os crimes contra a administração pública sejam na verdade uma única conduta criminosa desdobrada em “n” atos criminosos, o que é tanto mais difícil de reconhecer quanto mais diversos sejam, em suas circunstâncias, os muitos delitos que se pretenda unificar.

Diferente é o caso do eventual reconhecimento de Marcos Valério como réu colaborador. Se o tribunal reconhecer que a contribuição por ele dada na fase de instrução processual foi efetiva na elucidação de crimes apurados na Ação Penal 470, terá ele direito a redução de sua pena em um a dois terços. Não há, até aqui, sinais vindos do plenário de como essa questão será apreciada pelo STF.

08 NOV 2012

O ESTADO DE S. PAULO

Júri absolve Carla Cepollina da morte do coronel Ubiratan Guimarães

Emocionada, advogada disse que justiça foi feita e agora vai recomeçar sua vida; acusação não confirmou se vai entrar com recurso

Por maioria de votos, a advogada Carla Cepollina, de 47 anos, foi absolvida no início da noite de ontem pela morte do coronel Ubiratan Guimarães, de 63, em setembro de 2006. Na sala secreta, os jurados decidiram, em cerca de 20 minutos, que a então namorada do mandante do massacre do Carandiru não assassinou o coronel. Às 19h30, Carla saiu livre do Fórum da Barra Funda, na zona oeste de São Paulo, no terceiro dia de julgamento. Emocionada, disse que a justiça havia sido feita e que vai recomeçar sua vida. “Vou rezar agora e me reunir com meus familiares.”

A acusação não confirmou se vai entrar com recurso para mudar o resultado. O promotor João Carlos Calsavara negou a possibilidade, mas o assistente da acusação, Vicente Cascione, informou que vai pensar a respeito. Para Calsavara, os jurados não julgaram Carla. “A ré foi absolvida porque não foi ela quem foi julgada hoje. Foi julgado o coronel Ubiratan, a Polícia Militar, a violência que corre nas nossas ruas.” Ao explicar por que não vai recorrer, o promotor afirmou: “Entendo que esse é o momento da vida no País, é o momento da impunidade. A sociedade quer isso. O coronel é um homem estigmatizado, é um ícone de uma década”.

Para Cascione, os jurados tinham o resultado em mente desde o começo, por isso as provas não foram suficientes para condená-la. Amigo da família, foi ele quem deu a notícia da absolvição aos dois filhos do coronel, que estavam no Fórum da Barra Funda, mas não no plenário no momento em que foi lida a sentença. Segundo o assistente da acusação, os filhos receberam a absolvição em prantos.

Ao contrário do que disseram na segunda, quando começou o júri de Carla, Calsavara e Cascione consideram que a presença de Líliliana Prinzi-valli, mãe e advogada da ré, colaborou para o resultado. Já Eugênio Malavasi, assistente de defesa, considerou a vitória “gloriosa”. Ele saiu do plenário com o ônus da vitória, pois sua atuação no debate levou os acusadores a pedirem réplica.

Justiça. Aos jornalistas, Carla disse que se fez justiça. “Estou feliz porque foi feita justiça após seis anos, mas estou triste porque o assassino do Ubiratan continua solto. Agora, posso retornar à vida do zero.”

Tranquila durante toda a fase de debates, a ré recebeu a notícia da absolvição sem manifestar emoção. Em pé, olhou para sua mãe, que fez o sinal da cruz quando ouviu a sentença, para a irmã, Paula, que estava na plateia, e para Malavasi. Carla esperou o juiz declarar o júri encerrado para

abrir o sorriso e começar a abraçar parentes e amigos. Os filhos de Ubiratan deixaram o fórum sem se manifestar. Carla não quis falar sobre a postura deles.

Debãte. A indefinição sobre o horário da morte foi crucial para o resultado. O exame necroscópico feito por volta das 5h de segunda-feira, dia 11 de setembro de 2006, indicou que o assassinato ocorreu de 18 a 20 horas antes. O cálculo aponta para domingo de manhã e não sábado à noite, como argumentou a defesa. Nesse dia e horário, Carla não estava no apartamento do coronel.

As chances de absolvição aumentaram após a explanação de Eugênio Malavasi, assistente da defesa. O advogado teve apenas meia hora para convencer os jurados de que a acusação não tem provas contra a ré – a primeira hora foi usada por Líliliana Prinzi-valli, mãe e defensora da acusada. O pouco tempo levou Malavasi a subir o tom de voz. Aos gritos, chamou a atenção dos jurados para as falhas da perícia.

A convicção e o espetáculo de voz promovido por Malavasi fez a acusação se movimentar. Se durante a explanação de Líliliana Prinzi-valli o promotor e o assistente permaneceram calmos e confiantes, os 30 minutos finais usados pelo defensor fizeram ambos correrem para programar nova apresentação. Pediram réplica, dando a Carla sua primeira – e definitiva – vitória no julgamento.

08 NOV 2012

O ESTADO DE S. PAULO

Radiação de celulares motiva processo em Minas Gerais

Procurador e promotor querem obrigar os fabricantes a informar nível de radiação emitido pelos aparelhos

A Procuradoria da República e o Ministério Público Estadual em Minas entraram com ação conjunta na Justiça Federal para obrigar os principais fabricantes de celulares no País a divulgar no painel e na embalagem dos aparelhos a Taxa de Absorção Específica (SAR, em inglês), ou seja, o nível de radiação eletromagnética emitido.

Foi incluída no processo a Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), para que o órgão seja obrigado a cobrar a divulgação das informações.

Na ação, o procurador Fernando Almeida Martins, do MPF, e o promotor Marcos Tofani, do MPE de Minas, citam estudos para mostrar que todo celular emite radiação, mas o nível varia. A informação atualmente é divulgada apenas nos manuais de instrução, o que, segundo a ação, é insuficiente.

O processo é baseado no Código de Defesa do Consumidor, que assegura o direito à informação “correta, clara, precisa e ostensiva”. “Não basta apenas registrar os valores da taxa de absorção específica, porque a maioria dos consumidores nem sequer saberia do que se trata. É preciso também alertar sobre os riscos”, observou Martins.

Ele e Tofani reúnem no processo uma série de pesquisas mostrando que essa radiação causa danos aos tecidos humanos, incluindo alterações nos cromossomos. Eles lembram que a Organização Mundial de Saúde (OMS) emitiu alerta de que o uso dos celulares é “possivelmente cancerígeno”.

Na ação, eles destacam estudo do neurocirurgião australiano Vini Khurama, que recomendou a redução do uso dos aparelhos por causa da falta de dados concretos e ao fato de que seria necessário um período de 10 a 20 anos de “incubação” entre o início do uso do celular e um diagnóstico de câncer.

“O problema é que a radiação eletromagnética do tipo não ionizante pode danificar o tecido humano, porque nosso corpo não está preparado para dissipar quantidades excessivas de calor”, diz a ação. “Sabemos que o assunto desperta polêmica, porque ainda não existem conclusões definitivas que atestem os malefícios à saúde. Mas é exatamente a falta de estudos conclusivos que demonstram a necessidade de se regulamentar e alertar as pessoas”, disse Martins.

A Anatel confirmou que os fabricantes de celulares não são obrigados a divulgar no painel dos aparelhos a taxa de radiação. Mas ressaltou que certifica com um selo, que deve estar “bem visível abaixo da bateria”, os aparelhos que se enquadram em limites da emissão de radiação, de acordo com os padrões internacionais.

08 NOV 2012

METRO

Justiça manda fechar danceteria no Boqueirão

A 6ª Vara Cível de Curitiba determinou ontem que a Danceteria 360 Graus Ltda – ME, conhecida como Planeta Ibiza, paralise as atividades por causar poluição sonora e perturbação de sossego. A Casa fica na rua Marechal Floriano Peixoto, no bairro Boqueirão.

A ação civil pública foi proposta pelo promotor de Justiça de Proteção ao Meio Ambiente do MP-PR (Ministério Público do Paraná), Sérgio Luiz Cordoni.

O MP-PR afirma que recebeu várias reclamações de moradores da região. “A manutenção da casa noturna gera inúmeras confusões no local e redondezas pois, além de causar brigas e tumultos internamente, ainda aglomera gangues desocupadas nas suas intermediações, que repetidamente provocam brigas, com envolvimento das mais variadas espécies de armas e, inclusive, com morte de alguns dos envolvidos, desencadeando na perturbação do sossego e da boa qualidade de vida dos comerciantes e moradores da região, não se pode permitir que a mesma continue a exercer as suas atividades”, diz um trecho da sentença.

A danceteria ainda pode recorrer. Nenhum responsável pelo local foi encontrado para comentar a decisão da Justiça.

STJ suspende falência da aérea Vasp

O Superior Tribunal de Justiça suspendeu a falência da companhia de aviação Vasp, Viação Aérea São Paulo, decretada em setembro de 2008. A decisão, assinada pelo ministro do STJ, Massami Uyeda, faz com que a empresa volte ao estágio de recuperação judicial.

Segundo a decisão do STJ, “o plano de recuperação aprovado em assembleia geral de credores era plenamente factível e viável, tendo a empresa sido levada à falência por manobras de credores”. Carlos Duque Estrada, advogado de cerca de 800 ex-funcionários, afirma que a decisão não é definitiva, cabendo pelo menos quatro recursos pela parte do Administrador Judicial.

Invadir computador pode dar até um ano de prisão

● Câmara aprova dois projetos que alteram o Código Penal e tornam crime delitos praticados via internet

A Câmara dos Deputados aprovou ontem dois projetos de lei que tornam crime delitos cometidos na internet, os chamados crimes cibernéticos. Os textos seguem para sanção da presidenta Dilma Rousseff.

Um dos projetos criminaliza a invasão de dispositivos eletrônicos, como celulares e computadores, para obter ou adulterar dados no sistema e conseguir vantagem ilícita.

A pena para quem invadir computadores varia de três meses a um ano, além de multa, e aumenta em até dois terços se houver divulgação, comercialização ou transmissão dos dados.

Quem obtiver informações sigilosas, como senhas ou conteúdos de e-mails privados e comerciais, pode pegar de 6 meses a 2 anos de prisão.

O projeto foi batizado informalmente de "Lei Carolina Dieckmann". Em maio, a atriz teve seu computador invadido por um hacker e suas fotos íntimas foram divulgadas na rede.

O texto também prevê

punição para quem interrompe intencionalmente um serviço de internet, ação normalmente cometida por hackers. A pena prevista é de um a três anos de detenção, além de multa.

O outro projeto aprovado, que tramitava há 12 anos, torna crime a falsificação de cartões de crédito ou débito e de documentos particulares, normalmente feita por meio eletrônico. Nesse caso, a pena varia de dois a seis anos.

O texto prevê ainda a remoção de manifestações racistas, sem a necessidade de processo ou investigação policial. A lei também prevê a criação de delegacias especializadas em crimes virtuais.